



Projeto de lei ordinária nº 216/2025

RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei de iniciativa parlamentar que "Dispõe sobre a prioridade na realização do exame de mamografia em mulheres com suspeita de câncer de mama no Município de Armação dos Búzios", instituindo o Programa Municipal de Prioridade na Mamografia (Art. 1º).

A proposição tem como principal objetivo garantir que o exame de mamografia para mulheres com suspeita clínica seja realizado em até 30 (trinta) dias, conforme já previsto na Lei Federal nº 13.896/2019.

O PL impõe à rede municipal de saúde a obrigação de implementar um sistema eficiente de agendamento (Art. 3º) e prevê responsabilidade administrativa dos gestores em caso de atraso (Art. 4º). Por fim, o Art. 8º obriga o Executivo a regulamentar a Lei em até 60 dias.

NOTAS DO RELATOR

A análise examinará o risco de vício de iniciativa formal, concentrando-se na invasão do mérito da gestão administrativa da saúde e na ingerência no regime jurídico-administrativo (ao prever responsabilidade administrativa).

1. Análise de Vício de Iniciativa (Núcleo da Questão): Tema 917 - STF

O cerne do vício de iniciativa reside na interferência do Legislativo na organização e gestão dos serviços de saúde do Poder Executivo e na invasão do regime de responsabilidade dos servidores.

O STF (Tema 917) restringe o vício de iniciativa a matérias relativas à estrutura, funcionamento e servidores do Executivo.

Matéria do PL (Prazo): A garantia do prazo de 30 dias para mamografia já está prevista em Lei Federal (Lei nº 13.896/2019), que é de observância obrigatória por todos os entes federativos no âmbito do SUS.

A iniciativa parlamentar, ao "instituir o Programa" e "garantir prioridade" (Art. 1º, 2º e 3º), está, em essência, apenas reafirmando e reforçando a lei federal no âmbito municipal, o que se insere na competência municipal suplementar (Art. 30, II, da CRFB/88) para legislar sobre saúde (Art. 30, VII, da CRFB/88).

O mero estabelecimento de metas ou diretrizes para a saúde é, em geral, permitido ao Legislativo.

Obrigações e Invasão de Competência: Contudo, o PL avança indevidamente ao:

Art. 3º e 4º: Impor a implementação de "sistema eficiente de agendamento e controle" e a garantia da prioridade "sob pena de responsabilidade administrativa dos gestores e unidades responsáveis pelo atraso".

Vício de Ingerência: A determinação de criação de um "sistema eficiente" é uma obrigação de fazer que invade o mérito da gestão (Art. 79, II e VI, da LOM). É o Executivo quem deve definir a forma de organização logística de seus serviços.

Vício em Regime Jurídico: O estabelecimento de responsabilidade administrativa é matéria afeta ao regime jurídico de servidores e ao direito administrativo sancionador. O Legislativo não pode criar tipos de infração ou modalidades de responsabilidade administrativa para servidores do Executivo, pois isso é de iniciativa privativa do Prefeito (Art. 61, § 1º, II, "c", da CRFB/88 c/c Art. 79 da LOM).

Art. 8º: Impor um prazo de 60 dias para a regulamentação, o que fere a discricionariedade administrativa do Executivo (Art. 79, IV, da LOM).

Conclusão em face do Tema 917: Apesar do mérito social e da base legal federal, a proposição padece de vício de iniciativa formal por avançar indevidamente no regime jurídico-administrativo dos servidores/gestores (Art. 4º) e na organização dos serviços de saúde (Art. 3º e 8º).

2. Geração de Despesa e Invasão do Mérito da Gestão Administrativa

Geração de Despesa Obrigatória: O PL, ao exigir a "implementação de sistema eficiente de agendamento e controle", indiretamente gera despesa de informática, pessoal e logística, reforçando a invasão do mérito administrativo.

Invasão do Mérito: A principal invasão está na tentativa de disciplinar a logística operacional e sancionatória do Executivo, o que configura clara usurpação da função típica da Administração.

III. Sugestão de Modificação

Para sanar o vício de iniciativa formal, é necessário remover todas as cláusulas que criam obrigações de gestão, responsabilidade administrativa ou prazos vinculantes, focando a lei apenas em diretrizes e princípios, conforme a competência do Legislativo.

Sugestão de Emenda Modificativa (Reforma dos Artigos 3º, 4º e 8º):

Reforma do Art. 3º e 4º (Remoção da Invasão de Gestão e Responsabilidade):

Art. 3º A rede municipal de saúde observará o caráter de urgência dos casos com suspeita de neoplasia mamária e zelará para que os exames de mamografia sejam realizados no prazo estabelecido na legislação federal.

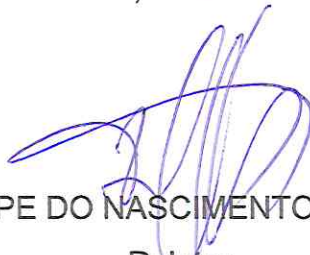
(Revogar a imposição de "implementar sistema eficiente" do Art. 3º e a cláusula de "pena de responsabilidade administrativa" do Art. 4º.)

Reforma do Art. 8º (Remoção do Prazo):

Art. 8º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei por meio de decreto, no que couber, para garantir sua plena aplicabilidade e eficiência.

(Revogar o Art. 7º e o Art. 8º, mantendo a cláusula de regulamentação facultativa do Art. 7º, mas sem prazo.)

Armação dos Búzios, 07 de novembro de 2025.



FELIPE DO NASCIMENTO LOPES
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de lei ordinária nº 216/2025

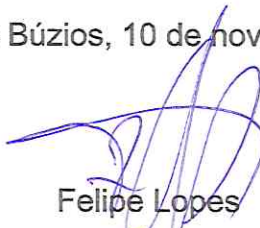
PARECER

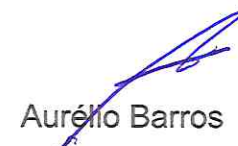
A Comissão de Constituição e Justiça e Redação, nos termos do art. 42 do Regimento Interno, opina, por unanimidade dos votos, pela:

- 1) **INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL** do Projeto de Lei em sua redação original, por **VÍCIO DE INICIATIVA**, uma vez que os Art. 3º, 4º e 8º invadem a competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal para: Organizar os serviços internos da rede de saúde (Art. 79, VI, da LOM); Definir o regime de responsabilidade administrativa de seus servidores (Art. 61, § 1º, II, "c", da CRFB/88); Gerir o cronograma de regulamentação (Art. 79, IV, da LOM).
- 2) **ADOÇÃO DAS MODIFICAÇÕES SUGERIDAS**, que são indispensáveis para sanar os vícios formais, transformando o comando de gestão em diretriz política e preservando o princípio da Separação dos Poderes.

É o Parecer.

Armação dos Búzios, 10 de novembro de 2025.


Felipe Lopes
Presidente


Aurélio Barros
Vice-Presidente


Raphael Braga
Membro